

A TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO - TO: UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA ACERCA DO OBJETO

EL TERRITORIALIZACIÓN DEL AGRONEGÓCIO EN LA CIUDAD DE PEDRO AFONTO - TO: UN ACERCAMIENTO TEÓRICO REFERENTE AL OBJETO

SEBASTIÃO DE SOUZA OLIVEIRA

Doutorando em Geografia da FCT / UNESP – Presidente Prudente (SP)
sebastiaooli@hotmail.com

Resumo: Neste artigo pretendemos tecer considerações a respeito do conceito de território e territorialidade, tendo em vista sua importância enquanto pressuposto para se compreender a territorialização da atividade agrícola “moderna” e seus desdobramentos (precarização do trabalho no campo). Nesse sentido, foram levantadas várias concepções a respeito dessas temáticas, em diversos autores, por se tratar de conceitos polissêmicos e muito requisitados nos últimos tempos.

Palavras-chave: Geografia. Espaço. Território.

Resumen: En este artículo pretendemos hacer consideraciones sobre el concepto de territorio y territorialidad, dada su importancia como un requisito previo para la comprensión de la territorialización de la agricultura "moderna" y sus consecuencias (precariedad del trabajo en el campo). En este sentido, varios conceptos se han planteado sobre estos temas en varios autores, ya que es de términos polisémicos y gran demanda en los últimos tiempos.

Palabras-clave: Geografía. Espacio. Territorio.

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho pretende-se suscitar o debate em torno da temática da territorialização na agricultura moderna comumente abordada como agronegócio no Município de Pedro Afonso – TO (figura 1).

Observa-se, com relação à produção científica na ciência geográfica nos últimos anos, que boa parte dos geógrafos opta pelo conceito de território enquanto categoria norteadora e/ou ferramenta dotada de potencialidade auxiliadora que ajuda explicar a realidade econômica, política, ambiental e cultural em constantes transformações nas diversas escalas.

PEDRO AFONSO E MUNICÍPIOS INTEGRADOS A AGROINDÚSTRIA BUNGE, 2014

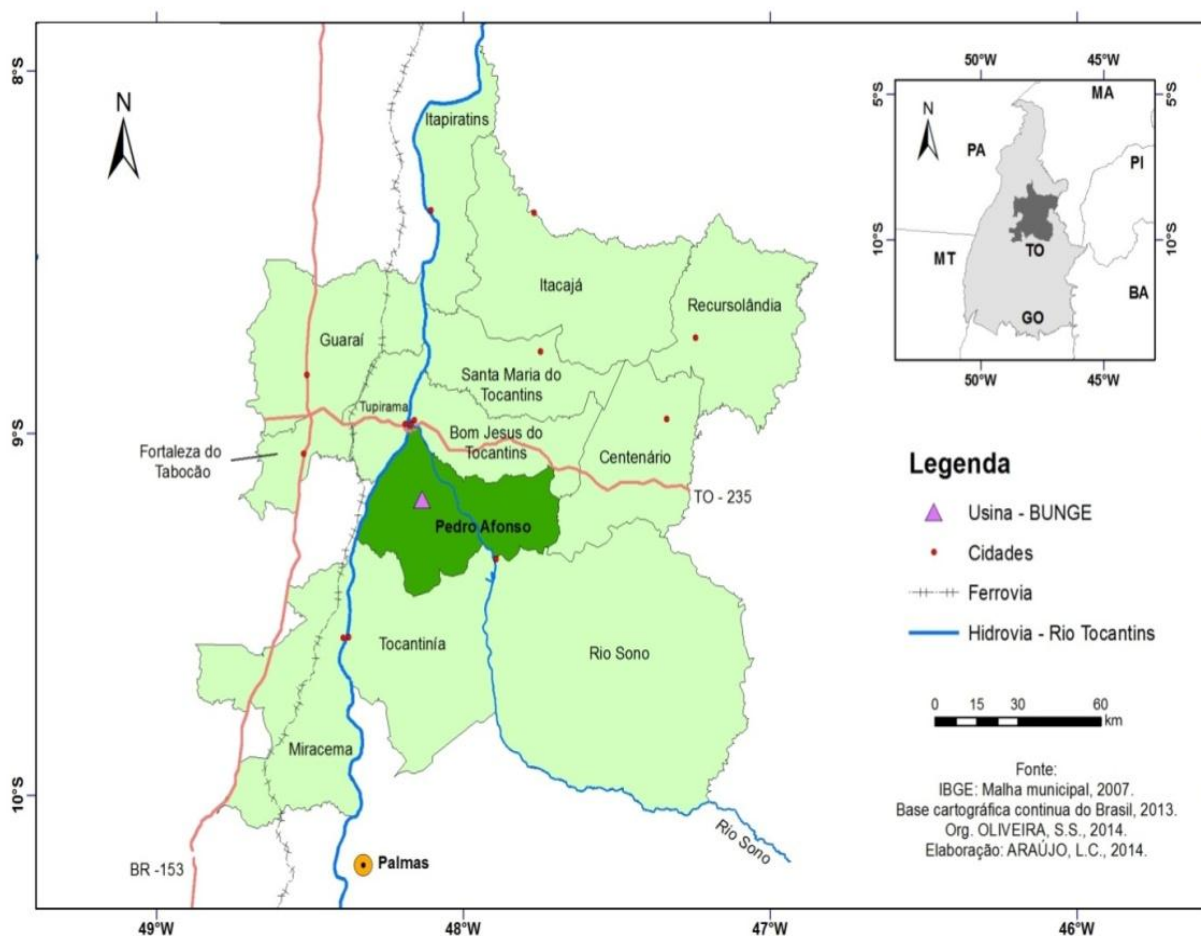


Figura 1 – Pedro Afonso e municípios integrados à agroindústria Bunge – 2014
Fonte: Autor (2014)

Antes de adentrar no conceito de território, convém, a princípio, atentar para a etimologia desta palavra. De acordo com o dicionário Aurélio da língua portuguesa, o termo território “compreende uma extensão considerável de terra. Área de um país, província etc.. Base geográfica do Estado (solo, rios, lagos, baías, portos etc.), sobre a qual exerce sua soberania” (FERREIRA, 1993, p.670). Corrêa (2006, p. 251) cita que a palavra “[...] território deriva do latim terra e torium, significando terra pertencente a alguém.” Ressalta ainda que “[...] Essa apropriação, por sua vez, tem um duplo significado. De um lado associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupos sobre um dado segmento do espaço”.

Santos (1997, p.75), aborda que a “configuração territorial” “[...] é o território e mais o conjunto de objetos existentes sobre ele. Objetos naturais ou objetos artificiais que o definem.” Abordagens divergentes são comuns, no campo das ciências humanas, sobre essa

temática. Algumas críticas são colocadas como, por exemplo, em Saquet (2011, p. 24) “[...] entender o território apenas como produto de centralidades e autoridades, realmente, é uma forma reducionista. Evidenciar que *o que é meu não é teu e o que é teu não é meu* é muito pouco diante da complexidade da construção do território” (grifo do autor).

Na intenção de não ser exaustivo nessa enumeração, exalta-se como uma das contribuições importantes, enquanto pressupostos na construção de uma teoria de pesquisa sobre o conceito de “território,” o “sistema territorial,” a “territorialidade,” a “rede e poder,” “os atores e circulação,” “os atores e a comunicação” observados especialmente em uma Geografia do Poder em Raffestin (1993), e os ensinamentos de outras literaturas também consideradas clássicas e atuais sobre a temática aqui evidenciada.

Nesse sentido, deseja-se demonstrar em um primeiro momento, o priorizado em Saquet (2011, p. 21), em consonância com Raffestin, onde aponta boas possibilidades de abordagem territorial: sintetizam “trabalho, espaço e poder”.

O delineamento de tais referências conceituais proposto neste texto objetiva auxiliar na compreensão dos processos de modernização recentes dos seguimentos já mencionados. Tomando-se como exemplo, a modernização da atividade agrícola no Município de Pedro Afonso Estado do Tocantins-Brasil, objeto de nossa pesquisa, denominado de agronegócio advindo dos centros hegemônicos do país, porque não dizer mundial, para as áreas onde as fronteiras encontram-se em expansão.

“[...] é possível afirmar que o território é uma construção social, histórica, relacional e está sempre vinculado aos processos de apropriação e dominação do espaço, evidentemente, das pessoas” (SAQUET, 2011, p. 22). E em “Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades” também argumenta que “as territorialidades mudam em cada relação espaço-tempo, altera-se também o território, contendo aspectos do passado, comuns e diferentes em relação a outros territórios” (SAQUET, 2011, p. 22).

Seguindo próximo nesta linha de raciocínio, Santos (2008, p. 62) complementa ao falar dos “fixos e fluxos” modeladores do espaço onde diz: “Foi assim todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixados ao solo, os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos.” Concordando com os trechos transcritos dos autores: as coisas fixas naturais ou construídas traduzem em novas relações sociais (re) configuradora do/no território.

Fernandes (1994, p. 13), em consonância com Lefebvre (1976), afirma que “[...] ao analisarmos o processo em movimento, temos que, necessariamente, encontrar um ponto de partida. Esta é uma tarefa difícil: compreender um processo em movimento”. Nesse sentido,

este cientista chama atenção também para o fato de que, “temos que dar conta das diferentes noções que nos permitam acompanhar o processo”. E, “portanto, é a direção do ponto de partida que, de certa forma, distingue os trabalhos dos cientistas que estudam os movimentos sociais – que é a vida em processo”. Considera-se de extrema importância os relatos porque nos concede possibilidade, segundo ele, de ir na “gênese em contínua transformação da realidade, ou seja, tempo/espaço imediatos” (FERNANDES, 1994, p. 13).

Recorrendo ao que diz Raffestin (1993, p. 151): os sistemas territoriais “permitem realizar a integração e a coesão dos territórios. Esses sistemas constituem o invólucro no qual se originam as relações de poder”. Seguindo na direção do espaço relacional, Haesbaert, (2006, p. 79) em sua obra, “O mito da desterritorialização,” dentre as várias concepções científicas sobre território afirma que “[...] o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem estritamente cultural.”. Nesse sentido também o território é “[...] condição básica e referência histórica para a consolidação e expansão do sistema capitalista, permanece com sua importância como suporte e como materialização das relações sociais de produção, exprimindo com muita força ainda seu caráter político” (SPOSITO, 2004, p. 116).

Dada a importância crescente do uso do conceito de território, nos últimos tempos, decorre daí pontos polêmicos equacionadores de uma unidade que não se consensualiza. Na intenção de ultrapassar os limites da dimensão econômica, Fernandes (2008, p.5-7) enfoca o conceito de conflitualidade, e em consonância com Gottmann (1973) enfatiza o conceito de soberania; o princípio da intencionalidade em Searle (1995) e a pluriescalaridade diferencial de Lacoste (1988).

Destacamos, contudo, “as tipologias de território” em Fernandes (2008, p.09 - 16) como fator crucial para a sistematização da pesquisa com base no caráter multidimensional do território para além do econômico. Entendendo como tipologias de território neste autor: “espaço de governança (primeiro território) como sendo o território da nação que se desdobra em muitos outros”; o segundo território “[...] são frações do primeiro, porque as relações sociais que os produzem são diferentes e um território propriedade – privada, não pode ser confundido com um território espaço de governança”. Portanto, o terceiro território “[...] é o espaço relacional considerado a partir de usas conflitualidades e reúne todos os tipos de território.” E por fim, o “território imaterial” “[...] que pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material”.

Julga-se oportuno, nessa reflexão, tomar como ponto de partida no vislumbre do objeto, as “tipologias do território” em Fernandes (2008).

2. REFLEXÃO SOBRE O OBJETO

Conforme apontamento nas linhas anteriores segue neste item, a provável operacionalidade teoria/empíria em nosso objeto de pesquisa.

Dado a realidade enquanto uma totalidade e, portanto multidimensional retiramos daí nosso recorte, em uma palavra, o espaço geográfico. Ele é, portanto, econômico, político, cultural e ambiental. A forma de uso vai determinar o território. De acordo com a vasta literatura, não só no campo da ciência geográfica, mas também nas outras ciências sociais, este se funda nas relações de poder. Também é importante lembrar a facilidade de as vezes confundir território e espaço. Na verdade, boa parte dos pesquisadores da Geografia concorda que no espaço estão destacados as relações e no território essas relações são demarcadas pelo poder. Desta feita, ninguém vive sem o território, ele está presente nas mais variadas escalas, e como resultado de tais relações tem-se a espacialidade, a territorialidade. A territorialidade pode ser expressa pelos signos, símbolos coisas que os sujeitos se nutrem, se identificam; cria, portanto, identidade. Essa territorialidade pode ser segundo Fernandes (2008) material e imaterial.

Ainda de acordo com o autor acima mencionado, em consonância com Haesbaert (2006) e Souza (2002), a territorialidade se desdobra em três variantes: a territorialização, desterritorialização e reterritorialização. A territorialização acontece pela expansão contínua e descontínua ou ainda a multiplicação do território. A desterritorialização se dá pela subordinação/destruição. Observando o território como algo intrínseco ao ser humano, os sujeitos ao serem impactados pela desterritorialização se reterritorializam embora em base diferentes ou diferentes condições justifique-se, portanto, que o território não tem fim. O parágrafo seguinte ilustra um pouco mais sobre essa reflexão.

Com a chegada da empresa multinacional BUNGE em 1996, o município de Pedro Afonso, passa a respirar o “progresso”. De acordo com o IBGE (2010), a cidade de apenas dez mil habitantes, passa a viver repleta de empresários de várias partes do país e do mundo, interessados em investir no setor de produção de soja, lembrando que hoje, a movimentação econômica maior gira em torno da cana de açúcar. Contam os moradores do lugar que viveu boa parte de sua vida esperando a construção da ponte sobre o rio Tocantins e a ferrovia Norte

e Sul. “Justifica”, portanto, os incentivos recebidos por parte do Estado e a contribuição logística territorial pela escolha do Município como sede de tal empreendimento.

O cenário produtivo tem mudado principalmente para os pequenos produtores rurais locais. Tornaram-se integrados do setor produtivo junto à empresa BUNGE organizados em sistema de cooperativismo. A Cooperativa Agropecuária (COAPA) existe há 15 anos no Município e integra produtores de outros municípios vizinhos: Bom Jesus do Tocantins, Tupirama, Rio Sono, Guaraí, Fortaleza do Tabocão, Miracema, Santa Maria do Tocantins, Tocantínia, Itacajá, Itupiratins, Goiatins, Recursolândia e Centenário.

Outra empresa também de grande porte, que vem contribuindo para um novo refatimento territorial no município de Pedro Afonso, também no setor da agricultura, é a empresa CARGIL AGRÍCOLA que atua no setor financeiro junto aos produtores rurais integrados da BUNGE.

De acordo com Santos (2008), os “fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos.” Esse raciocínio nos ajuda a compreender também a escala ampliada do que vem acontecendo no Estado do Tocantins com reflexos diretos sobre nosso objeto de pesquisa. Podemos adiantar que, muitos objetos técnicos tem mudado o cenário do (re) arranjo territorial. Tomando-se como exemplo, a construção recente da ponte (1.060 m) sobre o Rio Tocantins, em 2007, interligando Pedro Afonso e região ao corredor da Belém-Brasília, e no futuro muito próximo à Ferrovia Norte-Sul e futuramente à Hidrovia Tocantins. É, contudo, força irradiadora da criação do Estado do Tocantins, localização da Capital na margem do Rio Tocantins, considerada região desprovida de infraestrutura. Lembrando que a Ferrovia Norte-Sul, já possui um trecho inaugurado. Boa parte da ferrovia já foi concluída, conforme matéria publicada na página do Serviço de Comunicação Pública do Governo Federal – SECOM (2011, doc. eletrônico):

O trecho de 139 km vai do Ribeirão Tabocão até o pátio Multimodal Palmas/Porto Nacional, foi concluído no final de Agosto, devendo agora passar pelos ajustes necessários para o início da operação comercial a ser feito pela Vale, que detém a subconcessão para explorar todo o trecho já concluído da Ferrovia, de 719 Km, que vai de Açailândia a Palmas/TO. Até o final do ano, a Empresa Pública do Ministério dos Transportes (Valec) pretende concluir todo o percurso do Projeto original da Norte-Sul, num total de 1.574 Km entre Açailândia (MA) e Anápolis (GO), com a finalização das obras no trecho de 855 Km da Norte –Sul que ainda está em obras entre Palmas e Anápolis”.

As informações transcritas dão sinais de mudanças bruscas com rebatimento direto no território até então vivenciado pela população do Município e por sua vez, requer um difícil trabalho de interpretação científica. Parafraseando Fernandes (1994), não é tarefa fácil

apreender a “realidade em movimento”. Movimentos atuais que não autorizam a negar formas passadas daí a importância histórica concordando com Valverde (2006, p. 8), apesar do presente trabalho não ter foco na paisagem, este auxilia nos propósitos com território, “para se entender uma paisagem é mister, muitas vezes, fazer o que os geógrafos ingleses chamam de “historical approach”, isto é, o estudo, a interpretação histórica. No mesmo autor, “as influências econômicas são outro fator que o geógrafo não pode menosprezar na interpretação da paisagem”. Fatores como o “objetivo da produção” ou a “distância do mercado e sua influência na utilização da terra.” No que refere ao fator distância, vale lembrar da obra, Geografia de Goiás-Tocantins, dos geógrafos Barbosa, Gomes e Teixeira Neto (1994), quando relatam sobre a importância do gado bovino para o processo de povoamento numa época que não existia estrada de rodagem o boi conduzia-se a si próprio a longas distâncias para o mercado consumidor.

Numa análise mais atual, as interconexões econômicas, políticas, culturais etc., desdenham fronteiras. São, contudo, saltos na história da técnica, ou seja, uso cada vez mais intenso no território nos ajudam a argumentar que através da divisão técnica e social do trabalho Thomaz Junior (2002), Santos (2008), Carvalhal (2004) e muitos outros autores são unânimes em dizer que a realidade do mundo do capital trabalho aponta sinais de crise. Essa breve digressão nos permite ilustrar, e estimular o debate em torno da relação capital do trabalho, mas dado o objetivo deste texto não nos permite avançar nesta questão.

São muitas as ações de aprimoramento tecnológico no mundo do trabalho rural: apoiado também no capital bancário, pesquisas de melhoramento genético reforça o sentido modernizador e fazem parte, mais que nunca, também das forças produtivas modernizantes. Sobre tudo advindas dos países hegemônicos e consequente sobreposição aos países menos servidos de objetos técnicos. Tais países (os menos servidos) tem sido alvo de investidores dos mais diversos setores produtivos cuja atuação é cada vez mais intensa. É nesse contexto que o Município de Pedro Afonso, nas margens do Rio Tocantins, “meandrava” tal qual a senilidade do mesmo Rio ou o “tempo lento” para lembrar o geógrafo Milton Santos. O Município vem passando rapidamente por uma refuncionalização sócio-territorial. Mudanças estas, portanto, demarcadoras de territórios material e imaterial conforme Fernandes, (2008, p. 9) “Não basta falar apenas em território. É preciso definir: qual território”? Tal questionamento se desdobra em outras esferas de poder.

territórios: espaço de governança como primeiro território; propriedades como segundo território; e os espaços relacional como terceiro território” (FERNANDES, 2008, p. 10).

São nesses campos de interesses que emerge e acirra as relações de poder com desfecho conflituoso no campo. “No Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra, que se tornou a principal forma de acesso à terra.” (FERNANDES; LEAL, 2002, p.03).

Tomando por base a relação cidade-campo e o movimento contraditório próprio da economia de mercado, pretende-se como ponto de partida verificar os impactos sócio-territoriais recentes (a partir de 1980), do espaço agrário do Município de Pedro Afonso balizado nas seguintes perguntas: Como e com qual intensidade o empreendimento agroindustrial tem interferido na vida cotidiana da população no campo? O que mudou com relação ao preço e posse da terra rural no Município? O Município atraiu atividades comerciais paralelas ao agronegócio, a ponto de repercutir na quantidade de novos postos de emprego bem como remunerações a altura do esforço profissional? Em que intensidade o novo empreendimento agroindustrial tem absorvido ou descaracterizado a agricultura de subsistência com consequências para a soberania alimentar? São indagações de possíveis respostas, com base na teoria do território e seus desdobramentos do presente trabalho: “A territorialização do agronegócio no município de Pedro Afonso, Estado do Tocantins: uma aproximação teórica acerca do objeto”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do artigo esboçado, pode-se considerar que pela via do estudo crítico do território é possível encontrar conclusões importantes sobre uma diversidade de temas/problemas crescentes frente à dinamicidade técnica produtiva neoliberal que vem se materializando no campo. E com isso apontar o caminho mais coerente do ponto de vista do respeito aos recursos naturais e o homem que vive da força de trabalho onde as disparidades crescentes referentes à precarização da relação capital trabalho possa ser melhorada. Problemas estes se movimentam do campo para as periferias urbanas através daqueles que buscam se reterritorializar nos grandes centros urbanos, cidades médias e pequenos núcleos



urbanos. Justifica dizer, portanto que tal mobilidade populacional em busca da sobrevivência possui sua lógica explicativa na forma de uso e ocupação da terra enquanto fonte produtora de recurso necessário à vida humana.

É do conhecimento de muitos o argumento de que, nos últimos tempos, o capital tem substituído intensamente mão de obra humana por máquinas, a ponto de alguns autores anunciarem equivocadamente o fim do trabalho. Há, contudo o grupo daqueles que pensam justamente o contrário, que o trabalho não perdeu seu sentido revolucionário e nem transformador de uma sociedade possuidora de mais autonomia sobre o percentual ou resultados do fruto de seu trabalho enquanto gerador de qualidade de vida. “Disso poderíamos sintetizar que o trabalho não está acabando, o emprego sim é que está moribundo. O que está em questão é a eliminação/precarização do posto de trabalho com garantias, com reconhecimento dos direitos sociais e trabalhistas, portador de seguridade social e previdenciária, etc”. (THOMAZ JUNIOR, 2005, p. 13). Explorando um pouco mais do pensamento do autor supracitado, “se continuarmos insistindo nas limitações do conceito de trabalho predefinido pela divisão técnica, apenas aceitaríamos a identidade fragmentada (estranhada) como a única capaz de revelar a “realidade” do trabalho”. Pesa nesse aspecto a importância teórica conceitual, que não se deve abandoná-la, mas só se completa se a teoria em voga dispuser de potencial revelador do empírico. É no campo do empírico, antes da exaltação ufanista do Brasil como o grande exportador de carne de frango, bovina etc., que os impactos se revelam negativamente através dos dados: “[...] informações quantitativas do setor, antes de indicarem “desenvolvimento e progresso para todos”, aos trabalhadores têm suscitado a imposição de um ambiente de trabalho hostil nas linhas de produção, que os mutila e os faz adoecer” (HECK; THOMAZ JUNIOR 2012, p. 4). Complementam ainda os referidos autores, parágrafo acima, o papel revelador da pesquisa empírica, onde diz: “é preciso conhecer a realidade social do trabalho nos frigoríficos, daí o importante papel das pesquisas empíricas, amparadas em metodologias e dinâmica qualitativas, capazes de apurar o movimento e a situação do trabalho no ambiente de realização da irracionalidade sistêmica do capital”. Apesar de não irmos por essa direção, território de migração, apenas apontar os desdobramentos a quem possa interessar, caminha também nessa direção a pesquisa retratada em Silva (2011, p. 8), ao falar do território de migração apoiando em Faret (2001); Flores (2006): “[...] a definição de territórios migratórios, é necessário levar em conta os espaços de origem e destino, além dos lugares intermediários, como os de passagem e aqueles que servem como instalações temporárias no percurso da migração. Há, contudo, uma gama de

pesquisas empíricas reveladoras das mazelas do trabalho precarizado de trabalhadores migrantes e potencialmente importante capaz de trazer aspectos positivos à vida do trabalhador enquanto classe que deseja ser reconhecida, desde que esse conhecimento se junte ao outro braço emancipatório que é o território político em uma palavra, os movimentos sociais que de anônimo passa a se institucionalizar e figurar como política social territorialmente organizada e reconhecida.

Nesse sentido, pretende-se buscar subsídio na concepção de espaço em Santos (2008), sobretudo na obra: “A natureza do espaço técnica tempo. Razão e emoção”, onde o espaço é por ele analisado “como sistemas de objetos e sistemas de ações”. Justificando, nesse sentido uma primeira compreensão do conceito de espaço geográfico para entender o território com ênfase na ação dos sujeitos enquanto agentes transformadores;

Destacamos o conceito de poder na obra de Raffestin (1993), conceito este, que perpassa todas as relações e indispensável enquanto elemento fundante do território; Destaca-se, como ponto de partida “as tipologias de território” em Fernandes (2008, p.09 - 16) como fator importante para a sistematização de nossa pesquisa pelo caráter multidimensional do território para além do território de governança. Entendendo como “espaço de governança (primeiro território) como sendo o território da nação que se desdobra em muitos outros; o segundo território é constituído pela propriedade privada, “[...] são frações do primeiro, mas devem ser distinguido porque as relações sociais que os produzem são diferentes. Um território propriedade – privada não pode ser confundido com um território espaço de governança”. E o terceiro território é o território móvel, fluído “[...] é o espaço relacional considerado a partir de suas conflitualidades e reúne todos os tipos de território.” E por fim, o território imaterial “[...] que pertence ao mundo das ideias, das intencionalidades, que coordena e organiza o mundo das coisas e dos objetos: o mundo material;”

Pretende-se, portanto, partir desse referencial teórico enquanto ferramentas necessárias, para o vislumbre da investigação do território em disputa com desdobramentos para o que se convencionou chamar de precarização do trabalho, neste caso o trabalho camponês. Complementa inevitavelmente a parte empírica através dos recursos metodológicos de entrevistas, documentos e muitos outros sempre norteados pela criticidade.

4. REFERÊNCIAS

BARBOSA, A. S.; NETO, A. T.; GOMES, H. **Geografia de Goiás/Tocantins**. Goiânia: UFG, 2004.



CARVALHAL, M. D. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: ação dos sindicatos**, 2004. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia), UNESP – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2004.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

FERNANDES, B.M.; LEAL, G.M. **Contribuições teóricas para a pesquisa em geografia agrária**. 2002. Disponível em: <<http://www.abrareformaagraria.org.br/artigo132.doc>>. Acesso em 04 de abril 2014.

FERNANDES, B. M. **Espacialização e territorialização da luta pela terra: a formação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Estado de São Paulo**. 1994. 200 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), USP - Universidade de São Paulo: São Paulo, 1994.

FERNANDES, B. M. **Sobre a tipologia de territórios**. São Paulo, 2008a. Disponível em: <<http://www.landaction.org/printdisplay.phparticle=327>>. Acesso em 10 de agosto de 2012.

FERNANDES, B. M. e WELCH, C. A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B.M. (org.) Campesinato e Agronegócio na América Latina: a questão agrária atual. São Paulo: Expressão Popular, 2008b, p. 45-70.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HECK, F. M.; THOMAS JÚNIOR, A. **Território da degradação do trabalho: os impactos na saúde e na vida dos trabalhadores de frigoríficos de aves e suínos no Brasil**. In: SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR; SEMINÁRIO “O TRABALHO EM DEBATE”, VIII e VI, 2012, Franca. **Anais...** Franca: UNESP/USP/STICF/CNTI/UFSC, 2012. 19 p.

LACOSTE, Y. **A Geografia serve antes de mais nada para se fazer a guerra**. Lisboa: Iniciativas, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, M. **A natureza do espaço, técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2008.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAQUET, M. A. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Ferrovia norte-sul em trechos do Tocantins**. Disponível em: <<http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom>>. Acesso em 12 de novembro 2011.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. p. 77-116.

SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: Contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: UNESP, 2004.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma Geografia do trabalho. **Scripta Nova - Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 6, n. 119, 2002.

VALVERDE, O. Metodologia da geografia agrária. **Campo Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 01-16, 2006.